

Aperto monetário como nunca se viu

É o que anuncia para este mês o diretor do BC José Luís Miranda. E ele admite que o culpado pela situação é a interferência do Estado na economia.

“Ainda este mês, o governo promoverá um arrocho monetário jamais visto a fim de atender aos compromissos com o Fundo Monetário Internacional.” A afirmação foi feita ontem no Rio pelo diretor da Área Bancária do Banco Central, José Luís Silveira Miranda.

Em meio a aplausos de representantes de 150 instituições financeiras, o diretor do Banco Central culpou, não a política econômica, mas a “excessiva participação do Estado na economia” pela atual crise. “Levamos a economia a um grau de presença governamental e a tanta complexidade que o governo é o primeiro a perder o controle da situação.”

A reunião foi organizada pela Andima (Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto) para discutir os efeitos da compra maciça das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional com cláusula cambial (ORTN cambiais) realizada pelo Banco Central na última quarta-feira. Entre os representantes do mercado aberto, uma das principais críticas levantadas referiu-se ao caráter “de impacto” da medida, no lugar de um procedimento gradual que chegasse aos mesmos resultados.

“Apenas uma perna”

O diretor responsabilizou os órgãos governamentais pela falta de dinheiro no mercado: “As decisões do governo abrangem empréstimos do Banco do Brasil, aplicações do Banco Central, subsídios ao açúcar e ao trigo, preços mínimos, financiamento às exportações, subsídios às exportações, e outros fatores, de tal maneira que tudo isso cria uma situação terrivelmente complexa. A maior parte desses setores é dirigida por outros órgãos que criam um lobby (grupo de pressão) em favor dos seus interesses. O open é apenas uma perna dessa centopéia. Com uma perna só não podemos compensar as perdas em outras”.

Em entrevista à imprensa, ele disse que alguns dos fatores que determinaram a expectativa de expansão da moeda circulante (base monetária) e as medidas do Banco Central no sentido de preparar um novo arrocho foram o aumento do volume de saques sobre recursos externos depositados no Banco Central por parte do setor público, “desvios” no pagamento de subsídios ao Proálcool e a “pequenos desvios” na renovação de empréstimos do Banco do Brasil.

Aperto monetário

“Temos metas extraordinariamente severas a cumprir neste primeiro trimestre.” Os acordos com o Fundo Monetário Internacional prevêem um crescimento monetário no trimestre não superior a 2,3% acima do ocorrido no mesmo período do ano passado. Assim, antes do aperto monetário a ser aplicado este mês, houve prévia “limpeza” das posições de financiamento do Banco Central através do leilão de compra de Cr\$ 1,5 trilhão de ORs cambiais realizado na última quarta-feira.

Ele anunciou em linhas gerais as medidas de “enrijecimento monetário”: controle “inusitado”, “jamais visto”, das operações ativas do Banco do Brasil e do Banco Central e contingenciamento do aumento dos gastos do Tesouro, “para que possamos atingir em março as metas estabelecidas no acordo com o Fundo Monetário Internacional”. Segundo o diretor do BC, ainda não está decidido de que forma o Banco Central resgatará os Cr\$ 560 bilhões em ORs cambiais que ainda restam no mercado depois do último leilão.

Mais recessão

— O Banco do Brasil já está seguindo a receita de corte de crédito formulada esta semana pelo ex-ministro Octávio Gouvêa de Bulhões e cortou Cr\$ 61 bilhões do seu nível de empréstimos, passando a trabalhar com somente 40% das entradas e afetando diretamente as operações tanto com o comércio quanto com a indústria — afirmou ontem o presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos.

— O corte de crédito num momento em que as empresas estão pagando maiores tributos torna-se crítico. Não se deve excluir a hipótese de que os pagamentos de impostos venham a sofrer atrasos — admitiu Afif.

Na quinta-feira, a Associação Comercial enviou telegrama ao ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, manifestando preocupação quanto ao crédito do Banco do Brasil, “em função da necessidade de cumprir as metas estabelecidas pela política monetária”.

— Embora ciente de que o combate à inflação exige contenção do crédito, permite-se a signatária ponderar que o aperto excessivo na expansão dos empréstimos irá provocar o agravamento das insolvências e ameaçar a própria sobrevivência de um grande número de pequenas e médias empresas — afirma a Associação Comercial.